



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 792, DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima, que *altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca.*

RELATORA: Senadora ÂNGELA PORTELA

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 193, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade para transportar pessoas em maca.

O PLS, em seu art. 1º, acrescenta o inciso V ao art. 11 da Lei nº 10.098, de 2000, para determinar que todo novo edifício de uso coletivo deve obrigatoriamente instalar um elevador que comporte maca.

O art. 2º da proposição, por fim, determina que a lei entrará em vigor 360 dias a partir da data de sua publicação.

O autor da proposta observa que a retirada de pessoas com mobilidade reduzida, em edifícios, é particularmente difícil, sobretudo em prédios altos. Ademais, acrescenta que, por vezes, há pessoas cuja condição física impossibilita o transporte por cadeiras de rodas. Dessa

forma, mostra-se fundamental que novas edificações de uso coletivo, públicas ou privadas, instalem ao menos um elevador com capacidade para o transporte de macas. O autor conclui que o objetivo da proposição é garantir acessibilidade aos idosos e às pessoas com deficiência.

A matéria foi distribuída à CDH, em decisão terminativa, cabendo a mim relatá-la.

Não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos dos incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e sobre proteção das pessoas com deficiência e aos idosos. A sugestão não padece de vício de antirregimentalidade.

Tampouco há reparos a se fazer no que toca à constitucionalidade, à legalidade ou à técnica legislativa da proposição. A matéria é consentânea com a Constituição Federal, no inciso XI de seu art. 22, que trata da competência privativa da União para legislar sobre transporte, bem como com o inciso XIV de seu art. 24, que trata da competência concorrente da União para legislar sobre proteção das pessoas com deficiência.

A proposição é altamente meritória ao pensar naqueles que, na velhice ou com deficiência, encontram severas dificuldades ao terem de ser assistidos em ambiente externo às suas residências.

São justamente essas pessoas, que são impossibilitadas de serem transportadas em elevadores estreitos, concebidos para o transporte de pessoas de pé, as merecedoras da atenção deste projeto. Pensar naqueles em condição de hipossuficiência funcional é respeitar o direito à diferença e admitir que, afinal, tal situação pode acometer toda e qualquer pessoa.

Destaco, portanto, a importância do projeto, que joga luz sobre problema pouco perceptível, mas que, é certo, atinge quotidianamente inúmeras pessoas.

Contudo, como forma de contemplar o princípio da razoabilidade, entendemos que a obrigação de instalar elevadores para macas só se faz justificável quando o edifício apresentar uma quantidade mínima de pavimentos. Afinal, a retirada de pessoa em maca por escada, desde que por pouca quantidade de andares, não restará em maior incômodo a qualquer das partes envolvidas.

Nesse sentido, propomos uma emenda ao projeto, inspirada no Código de Construção Internacional, de ampla utilização nos Estados Unidos da América. Tal código prevê que, de forma a viabilizar resgates em caso de incêndio, prédios que, simultaneamente, tenham elevadores e ao menos quatro andares, devem oferecer ao menos um elevador que comporte maca. Entendemos, assim, de bom alvitre que tais parâmetros sejam acolhidos pelo projeto que ora se analisa.

Ademais, a emenda apresentada visa também a adaptar a redação utilizada no projeto às nomenclaturas apresentadas no art. 8º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Ressalvou-se, por fim, que, no caso de edificações privadas, a obrigatoriedade da lei só se aplica a edifícios multifamiliares. Assim, fica garantido o direito de que, em edificações privadas habitacionais de uma só família, seja instalado qualquer elevador, ainda que não comporte maca.

### **III – VOTO**

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2015, com a seguinte emenda:

#### **EMENDA Nº 1 – CDH**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2015**

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 1º** A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 11** .....

.....

V – em novas edificações de uso público, coletivo ou privado multifamiliar, com elevador e no mínimo quatro andares para além do térreo, deve existir ao menos um elevador que comporte o transporte de maca.” (NR)”

Sala da Comissão, 09 de setembro de 2015.

Senador **PAULO PAIM**, Presidente

Senadora **ANGELA PORTELA**, Relatora



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

#### IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 09/09/2015, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, e a Emenda nº 1-CDH, em caráter terminativo, conforme Relatório da Senadora Angela Portela.

#### EMENDA Nº 1 – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11 .....

.....  
V – em novas edificações de uso público, coletivo ou privado multifamiliar, com elevador e no mínimo quatro andares para além do térreo, deve existir ao menos um elevador que comporte o transporte de maca.” (NR)”

  
**Senador Paulo Paim**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2015**

**TERMINATIVO**

ASSINAM O PARECER, NA 78ª REUNIÃO, DE 09/09/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**RELATOR:** \_\_\_\_\_

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT) (RELATORA)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)

# COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 193/2015.

<b>TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
PAULO PAIM (PT)				1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				2. ANA AMÉLIA (PP)	<b>X</b>		
ANGELA PORTELA (PT)(RELATOR)	<b>X</b>			3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	<b>X</b>		
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
<b>TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	<b>X</b>			2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)	<b>X</b>		
ROSE DE FREITAS (PMDB)	<b>X</b>			3. MARTA SUPLCY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
<b>TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	<b>X</b>			1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
<b>TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
<b>TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)	<b>X</b>		
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)	<b>X</b>		

Quórum: 10

Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABS 0

\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 09/09/2015

**Senador PAULO PAIM**  
**Presidente**

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

# COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1-CDH ao PLS 193/2015.

<b>TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
PAULO PAIM (PT)				1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				2. ANA AMÉLIA (PP)	<b>X</b>		
ANGELA PORTELA (PT)(RELATOR)	<b>X</b>			3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	<b>X</b>		
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
<b>TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	<b>X</b>			2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)	<b>X</b>		
ROSE DE FREITAS (PMDB)	<b>X</b>			3. MARTA SUPLCY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
<b>TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	<b>X</b>			1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
<b>TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
<b>TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTEs – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)	<b>X</b>		
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)	<b>X</b>		

**Quórum:** 10

**Votação:** TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABS 0

\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 09/09/2015

**Senador PAULO PAIM**  
**Presidente**

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)





SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI  
DO SENADO Nº 193, DE 2015**

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 11 .....**

.....  
V – em novas edificações de uso público, coletivo ou privado multifamiliar, com elevador e no mínimo quatro andares para além do térreo, deve existir ao menos um elevador que comporte o transporte de maca.” (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 9 de setembro de 2015.

, Relator

, Presidente



SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 138/15 - CDH

Brasília, 10 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor  
**Senador Renan Calheiros**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, e a Emenda nº1-CDH. A proposição em apreço *altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca.*

Atenciosamente,



**Senador Paulo Paim**  
Presidente